



FEMINISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA: relação com o Estado e dilemas estratégicos no século XXI

Telma Gurgel da Silva*

RESUMO

Para o feminismo na América Latina, a relação com o Estado ainda hoje assume centralidade política nas reflexões em torno da exigência estratégica da luta por políticas públicas e nos seus limites na perspectiva da autonomia das mulheres. Neste contexto, a relação com os programas governamentais na execução de políticas, as mudanças nas formas de financiamento das ações feministas, além das alterações em sua composição social e representatividade política, com a presença das Organizações Não-Governamentais, surgem como determinantes de análise. Este entendimento se evidenciou na pesquisa que realizamos junto as ONG que atuam em articulação com o feminismo em Mossoró(RN).

Palavras-chave: Feminismo, políticas públicas, autonomia das mulheres

ABSTRACT

For the feminism in Latin America, the relation with the State still today assumes a central politics position in the reflections around the strategical requirement of the fight for public politics and in its limits in the perspective of the autonomy of the women. In this context, the relation with the governmental programs in the execution of politics, the changes in the ways of financing the feminists actions, beyond the alterations in its social composition and politics representation, with the presence of the Not-Governmental Organizations, appears as determinative of analysis. This agreement was evidenced in the research that we carry through together the ONG that act in joint with the feminism in Mossoró (RN).

Key words: Feminism, public politics, autonomy of the women

1 INTRODUÇÃO

O Feminismo vem se reafirmando como um dos movimentos sociais que se situam no campo emancipatório. Sua primeira expressão, na França, em 1789, quando as mulheres organizadas lançaram em praça pública seus reclames e desafiavam a história e a si próprias no questionamento a ordem estabelecida, na reivindicação da igualdade e na afirmação da liberdade.

Daquele momento em diante, em diferentes conjunturas, as mulheres articuladas pelo feminismo ocupam a cena com suas bandeiras, denúncias, ações, alianças e estratégias. Mesmo que não seja objeto do texto a trajetória do feminismo, citamos algumas

* Doutora em Sociologia. Docente- Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Grande do Norte.

passagens históricas que definiram tendências e organicidade para o movimento, com repercussões na contemporaneidade.

Os anos de 1960 foram de visibilidade do feminismo em suas ações que colocavam a sexualidade como ponto de discussão pública, em confronto permanente com a naturalização do papel social da mulher na crítica radical ao patriarcado.¹

Os anos de 1970 marcaram o feminismo em suas iniciativas de combate a mercantilização do corpo da mulher e em defesa do direito do aborto, entre outras. Já na década de 1980, presenciamos um paradoxo quando ocorre um declínio acentuado da visibilidade pública do feminismo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, um crescimento da participação das mulheres nos espaços públicos, como mercado de trabalho, mídia, comunidade científica.

Mas, quando situamos os países da América Latina e Caribe, a década de 1980 significou um período de acúmulo de forças para o feminismo. Pois, com o processo de “redemocratização” dos países, são criadas diversas organizações e núcleos de discussão política, como as **Jornadas Feministas**².

Ao mesmo tempo, os governos nacionais latino-americanos iniciam um processo de ampliação dos espaços de participação política, ao estabelecer novos canais de comunicação e articulação com a sociedade civil que privilegiassem uma descentralização das ações. A criação dos Conselhos de Direitos e a estratégia de realização de Conferências amplas e representativas são exemplos desse percurso político.

No Brasil, o ganho concreto para as mulheres neste período foi a emergência da questão de gênero na agenda governamental e a consequente implementação de políticas públicas direcionadas para as mulheres, principalmente, na área de combate à violência e na atenção à saúde.

No interior do feminismo, neste contexto, ressurgiu o debate sobre sua relação com o Estado, focalizado em algumas questões centrais como: o papel do movimento na reivindicação por políticas públicas, a participação de lideranças nas estruturas governamentais, a sua representatividade na negociação direta com os organismos de Estado. Como se percebe a essência dos questionamentos gira em torno da autonomia.

2 ONG E POLÍTICAS PÚBLICAS: o desafio da autonomia

¹Sobre este debate no interior do feminismo ver Delfhy (2000) e Riot-Sarcey (2002)

²Reunião de feministas da região latina e América Central, cujo conteúdo construído nas oficinas eram assumidos como tarefas programáticas de ação. Ao mesmo tempo em que desenvolviam estas ações, as feministas estavam também envolvidas em processos revolucionários como em El Salvador e Nicarágua. Realizar a dialética do gênero no interior desses projetos era o principal desafio destas feministas. Falquet (1997) trás um apaixonado relato sobre isso em sua tese de doutorado **Femmes, mouvement révolutionnaire, guerre et démocratisation: le mouvement des femmes et féminisme au Salvador (1970-1994)**, defendida na Universidade Paris III, Sorbonne.

A década de 1990, por outro lado, caracteriza-se pelo aprofundamento das contradições do neoliberalismo na região e suas conseqüências devastadoras para a maioria da população.

Além da predominância de uma política econômica voltada para garantir a acumulação permanente do capital mundial, com a redução dos custos direto e imediatos com a reprodução da força de trabalho, o neocolonialismo(Calado, 2004) na América Latina tem privilegiado mecanismo que nos aproximam de um estado de barbárie(Mèzáros,2002) cada vez mais pré-anunciado.

A prioridade do pagamento dos serviços da dívida externa pelos países em desenvolvimento, exigida pelos “acordos” com o FMI, tem ocasionado uma verdadeira detereorização da vida da população mais pobre. Segundo Salgado(2002), em alguns países latino-americanos os recursos destinados ao pagamento da dívida externa, representam quase duas vezes do que é gasto em serviços sociais.

Concomitante a esta politica, o Estado num processo acentuado de precarização das politicas sociais as divide em duas perspectivas, segundo Godinho(2000):

Elas sao universais no sentido de que tocam a todos, por exemp lo,quando se trata da oferta de algum tipo de infra-estrutura a priori utilizaveis por todos os setores sociais, como,por exemplo, vias publicas e coleta de lixo. Conudo, aquelas mais tradicionalmente consideradas politicas sociais, como saude, educacao, transporte urbano, sao voltadas para os setores mais pobres da populacao [...] e não como uma politica universal. (28 -29)

Como parte do mesmo processo o Estado estabelece como agentes privilegiado de interlocução, na efetivação de programas de gênero, as Organização Não-Governamentais(ONG) principalmente, aquelas que atuam nas áreas de saúde, educação,organização de mulheres(ALVAREZ, 2003, FAHAR,2004).

Neste contexto, defendemos que nas análises sobre o papel das ONGs no processo de autonomia e autodeterminação das mulheres, deve ser considerado o trinômio esclarecer que se desenvolve na dialética de três dimensões: financiamento, institucionalização e representatividade.

2.1 O trinômio esclarecedor; financiamento, institucionalização e representatividade

O questionamento em torno do financiamento das ações feministas no continente na década de 1990, centraliza-se na observância da origem do recurso e dos princípios da agência de cooperação ou governos identificados como potenciais apoiadores

e por fim, nas adequações institucionais ocorridas após os convênios e projetos apoiados pelas agências.

Esta problemática é focalizada, na maioria dos estudos sobre o movimento na América Latina, como um dos indicadores do processo de “onguização” do feminismo³ e sua provável perda de autonomia para a realização de ações com maior combatividade e radicalidade. Apesar de se reconhecer a existência de práticas diferenciadas entre as ONGs em relação a esta política de adequação discursiva.

Nesta segunda dimensão em que se baseia o debate da autonomia no feminismo latino-americano, o fenômeno da institucionalização do movimento, no qual parte das organizações feministas na Região se transformou em ONG e passaram a desenvolver projetos, em parceria com os governos ou ONG internacionais. Importa-nos conhecer o significado destes convênios na sustentabilidade política e financeira da entidade.

Ocorre que, ao mesmo tempo, que as ONG ampliam seus mecanismos de captação de recursos, com projetos e convênios, consolidam seu protagonismo frente às estruturas governamentais e agências de cooperação, o que se traduz numa alteração da representatividade do movimento feminista com reflexo na construção da sua agenda política.

Mesmo que se considere a legitimidade das ONG em se afirmar como sujeitos políticos na conjuntura, podemos pontuar pelo menos dois riscos políticos, na perspectiva da autonomia das mulheres como resultado deste processo de substituição de protagonistas:

1-Caso na relação ONG - agente de financiamento e grupos de mulheres estes permanecerem em terceira dimensão de poder, na perspectiva da definição de demandas. A tendência é que as ONG ultrapassem o papel de assessoria e passe a assumir a representatividade do grupo na elaboração, negociação e utilização dos recursos de determinados projetos. Neste caso as mulheres poderão ter enormes dificuldades de assimilar as ações com os objetivos de sua organização.

2-Em segundo caso, quando na relação ONG- movimento de mulheres, apesar do movimento de mulheres se situar no campo da mediação dos interesses, é impulsionado, em alguns momentos, a desenvolver ações e reivindicações políticas, que lhes são exteriores. Ou que, não se constituem como campo de interesse imediato e orgânico, surgido de suas experiências e tradições organizativas, os grupos tendem a se esfacelar no campo da identidade coletiva e da práxis social.

2.3 ONG, feminismo e movimento de mulheres em Mossoró: a realidade da institucionalização

³Jargão utilizado pelo movimento social para designar o processo de institucionalização ocorrido a partir da década de 1980, no qual um conjunto de coletivos sociais se definiram como ONG ou Associações do Terceiro Setor e com isto, alteraram sua relação com a base e as estruturas de poder e representatividade nos movimentos sociais.

A realidade em Mossoró não se diferencia de outras experiências. As ONGs participantes do estudo realizam atividades nas áreas de organização de mulheres, produção e comercialização solidária de produtos agroecológicos, geração de renda para mulheres, além de atuarem diretamente, com temáticas como saúde e direitos reprodutivos, combate à violência contra a mulher, com ações, predominantemente, no setor rural.

Destacamos também o fato de que a maioria das organizações entrevistadas vivenciaram uma transformação identitária, para a sua constituição enquanto ONGs. O que comprova tendência verificada no período, no qual ocorreu uma substituição de sujeitos coletivos na esfera pública, ou seja, onde anteriormente atuavam movimentos sociais, hoje se evidencia as ONGs em pleno protagonismo, segundo leituras como Gohn (2003), Montañó (2003), Saraceno (2003).

A predominância de financiamentos oriundos de Fundos Nacionais, em particular, com a realização de convênios pontuais, foi um fenômeno observado em Mossoró quando se confirmou que todas as ONGs, de diferentes formas, mantêm convênio com o governo brasileiro na esfera Federal e Estadual para execução de programas específicos.

Salvo poucas iniciativas de venda de serviço ou de material produzido, todas as participantes da pesquisa não possuem nenhuma fonte própria de sustentabilidade financeira, como por exemplo, contribuição de associados (as) ou parceria com a sociedade local. O que as torna de certa maneira vulneráveis já que estabelecem uma relação de dependência linear frente à suas principais parcerias que, na atual conjuntura, aparenta ser o Estado, no nível de ações ministeriais.

Segundos dados da Controladoria Geral da União, somente em 2007, foram liberados, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, um total de R\$ 526.152,15 a duas ONGs em Mossoró, para projetos na área de mobilização e organização de mulheres e de desenvolvimento de projetos de economia solidária⁴.

Por outro lado, a busca permanente por financiamento tem acelerado no interior das ONGs uma mudança em sua dinâmica, no sentido de concentração de esforços técnicos para a “captação de recursos” e na garantia de uma estrutura organizacional especializada, eficiente e capaz de garantir a racionalidade no ‘uso dos recursos’, fato que altera a relação com a base social. Este processo também foi visível em nossa pesquisa quando as entrevistas apontaram para;

...eu acho que com a ONG você não se sente livre, você não faz o que quer(...)porque quando não tinha a ONG(...) era uma coisa simples, era uma coisa criada por você, pelo grupo.(....)eu acho que as mulheres se sentiam bem antes.

⁴Para visualização dos dados consultar o site:www.cgu.gov.br/convenios/mossoró.

Voce falava o que que. Hoje, ate uma confraternização que a gente faz do grupo tem que ter ecibo, tem que ta especificação, tem que ta comprovado nos relatorios(Entrevista 2).

Assim, a emergência das ONG no campo do feminismo introduz grandes desafios que precisam ser enfrentados para a superação dos impasses estratégicos do feminismo, em sua relação com o Estado na reivindicação de políticas públicas e em suas relações sociais internas, no que se refere a sua constituição como um sujeito coletivo total.

Compreendemos o feminismo na América Latina como *coletivo total* para caracterizá-lo como um movimento que possuindo uma heterogeneidade em sua composição social, decorrente das diversas formas de experiência de opressão vivenciada pelas mulheres, pode ser considerado como um sujeito coletivo que se constitui num duplo processo:” [...]no reconhecimento da diversidade e na construção de uma unidade diversa identitária na legitimação das experiências particulares no interior da identidade coletiva” (GURGEL,2004, p.64).

Com esta categoria, interpreto como desafio do movimento feminista na América Latina a definição de estratégias que reconheçam as diversas formas de expressão das mulheres como sujeito da história, na qual, se incorpore uma estrutura organizativa capaz de reconhecer nas particularidades de cada opressão os pontos comuns de interesses.

Assim, a categoria teórico-analítica coletivo total pode subsidiar a compreensão do movimento sobre sua autonomia⁵, questão central no processo de autodeterminação na luta feminista e sua relação com as ONGs e o Estado.

3 CONCLUSÃO

As diversas expressões do feminismo e formas de trabalho com organização de mulheres, que se visualiza na contemporaneidade, têm em comum a busca de sua sustentabilidade mediante financiamento de fundos nacionais e internacionais. O problemático deste processo e a sua execução sem o estabelecimento de critérios e de reflexões críticas em torno dos limites a autonomia das mulheres, dado as mudanças estruturais e organizativas que foram promovidas a partir do processo de ‘onguização’ das ações feministas na conjuntura dos anos de 1990.

Dentre estas reflexões, faz-se necessário se aprofundar no debate em torno da relação do movimento com o Estado, dado que, além de ser um interlocutor privilegiado

⁵Para Kirkwood,; autonomia é a capacidade de comprometer-se com as reivindicações e necessidades como mulheres.[...] Um processo pessoal para a tomada de decisões, mas também de expressão coletiva. Um meio de ganhar espaço a partir do qual transformar a realidade das mulheres e elaborar proposta de mudança para a sociedade em seu conjunto.(1990, p.45)

para a conquista de políticas públicas se constitui como um dos principais financiadores das ações do movimento na atualidade.

A urgência que se coloca é a atualização permanente de seu caráter de classe e dos interesses estratégicos que compõem as políticas governamentais. É imprescindível, neste movimento de reflexividade, a compreensão da natureza contraditória, portanto, transitória da reivindicação por políticas e programas sociais na luta pela emancipação humana.

Em tempos de globalização, esta luta assume um potencial estratégico pois, dirigindo-se ao Estado na requisição dos direitos sociais básicos, o movimento feminista contribui com o aprofundamento da crise gerada por meio da:

crescente contradição entre a forma nacional de Estado e a internacionalização do capital produtivo [...] que nos países periféricos [...] se manifesta [...] na forma de crise crônica de seus balanços de pagamento [...] mediante o endividamento externo". (MANDEL, 1985: XXVII).

Para o feminismo na América Latina, o contexto das necessidades sociais decorrentes do endividamento configura um cenário propício, à luta por ampliação dos direitos e da satisfação plena das demandas sociais, que podem impulsionar a construção de um novo modelo de distribuição, que tem como substrato o rompimento com a lógica do mercado.

O desafio de desenvolver simultaneamente a crítica ao Estado e ao capitalismo, sem perder de vista as demais questões que constroem a identidade compartilhada das mulheres, seja na reivindicação de direitos sociais ou no processo de oposição à estrutura patriarcalizada da sociedade, confere o caráter emancipatório do feminismo como movimento social.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia E. , FARIA, Nalu e NOBRE, Míriam (org) *Feminismos e Fórum Social Mundial. Revista Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão.-v.11, n.2,2003.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Direitos humanos x capital**: potencializando a intervenção dos movimentos e organizações sociais de base. João Pessoa: Idéia, 2003.

DELPHY, Christine. Patriarcat. In: **Dictionnaire critique du Feminisme** Paris; PUF, 2000, p. 141-146.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Política Públicas. **Revista Estudos Feministas** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão.-v.12, n.1,2004, p.47-71.

GURGEL, Telma. **Feminismo e liberdade**: Sujeito Total e Tardio na América Latina. Tese de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais, Petropolis,RJ:Vozes, 2003.

GODINHO, Tatau. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. **Cadernos Sempreviva**. Gênero nas políticas públicas: impasses e perspectivas para a ação feminista. Nalu Faria, Maria Lúcia Silveira e Míriam Nobre(Orgs). São Paulo: SOF, p. 26- 37, 2000.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política no Chile**. Chile: Editorial Cuarto Próprio, 1990

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. In: **Os economistas**, trad. De Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinahr de Abreu Azevedo. 2. edição. SP. Nova Cultural, 1985

MÉZÁROS, Istivan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTÃO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

RIOT- SARCEY, Michèle. **Histoire du féminisme**. Paris : La découverte, 2002.

SALGADO, Wilma. Insostenibilidad del pago de la deuda extena, desde el punto de vista economico, social y ambiental. **Memoria del foro global**: financiación para el derecho al desarrollo sustentable com equidad. México. 2002

SARACENO, Daniella V dos Santos. O papel do Terceiro Setor na questão do desenvolvimento Regional e Local. In **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Programa de Pos-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano-UNIFACS, N 09, 2003, p 165-182. Disponível em www.mestradoregional.unifcas.br, acesso em 17-12- 2006.
Relatório do VII Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, Chile, 1996